

Situações intoleráveis

12 JUN 1997

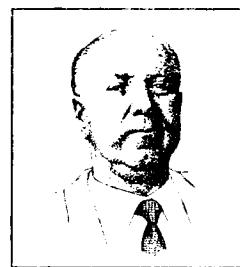
No cenário internacional, avultam duas situações particularmente intoleráveis no que atentam contra a dignidade da condição humana: o trabalho escravo na China e a oficialização da tortura em Israel.

O *Foreign Affairs*, edição brasileira, nº 7, uma publicação da *Gazeta Mercantil*, divulga artigo estarcedor sobre o sofrimento dos trabalhadores chineses (assinado por Anita Chan e Robert Senser).

Ficamos sabendo qual o preço social das reformas de Deng Xiaoping, datadas de 1978, responsáveis pela dinamização da economia chinesa, com sua filosofia heterodoxa, em termos socialistas, de que algumas pessoas "enriqueceriam antes das outras". O resultado foi que a disparidade de renda só aumentou, agravada pelo declínio do status social e político dos trabalhadores, hoje com fraca representação no Congresso Nacional do Povo.

Feng Tongqing, professor do principal centro de formação de lideranças sindicais em Pequim, divide a classe operária na China em três grandes grupos: 1) gerentes e outros funcionários graduados; 2) engenheiros e técnicos; 3) trabalhadores no chão da fábrica. O salário dos gerentes chega a 300 vezes mais que o do trabalhador comum, não contando o que tiram "por fora", na corrupção.

Mas tamanha disparidade não é tudo. O mais chocante é o tratamento dispensado ao operariado. Cerca de 24 trabalhadores de uma joint venture de Guangdong, a indústria de calçados Zhaojie, administrada com parceria taiwanesa, publicam no *Diário dos Trabalhadores*, de Pequim, uma carta dramática na qual revelam: "A companhia nos espanca, nos maltrata e nos humilha à vontade." Entre as punições corriqueiras, os trabalhadores



Países ainda acobertam práticas que atentam contra a dignidade humana

são obrigados a "pular como sapos", ou a ficar de pé com o rosto virado para a parede ou em cima de um banquinho, ou no pátio sob o sol a pino.

"Cerca de 17 milhões de chineses trabalham nas fábricas instaladas, na região litorânea, por investidores estrangeiros, principalmente de Taiwan, Hong Kong e Coréia do Sul. Os trabalhadores, quase sempre mulheres vindas das áreas rurais, fabricam calçados, brinquedos, roupas e outros produtos para exportação, muitas vezes sob condições da mais brutal exploração. Os salários irrisórios não são, contudo, o pior problema dessas operárias. Mais repugnantes são as punições físicas e até mesmo espancamentos por supervisores e guardas particulares, alguns dos quais carregam cassetetes elétricos. Como resultado desse clima de terror, até as ameaças verbais são intimidadoras."

Não é permitido conversas nem mesmo durante as refeições; no interior da fábrica-dormitório só se pode circular por um caminho demarcado; os trabalhadores são proibidos de sair sem permissão especial. Em certa fábrica, toda operária que for ao banheiro mais de duas vezes é descontada em 20% do salário. Em uma fábrica de talheres, quase 25% de 400 operários ficaram ale-

jados ou sofreram lesões dos dedos e do braço. Ao descrever as fábricas de calçado em Guangdong, um executivo radicado em Pequim comentou: "Naquela região a exploração é escandalosa. Eles arrebentam as pessoas no trabalho."

Os meios de comunicação oficiais culpam o "capital estrangeiro" por essas aberrações, os empresários das joint ventures. Alega-se que as empresas estrangeiras não podem ser submetidas a controles, sob pena de transferirem suas fábricas para outros países, o que é verdade. Só que as condições de trabalho nas empresas governamentais são igualmente aviltantes, com jornadas de trabalho exaustivas, horas extras não remuneradas, regras absurdas no local de trabalho, cotas de tarefas crescentes, política draconiana de licenças de saúde, multas terríveis pela menor transgressão, com advertência pública em pôsteres anunciando a punição, por exemplo, pela postura física incorreta. E todo esse regime infernal, nas empresas do governo, disfarçado sob o rótulo de "administração científica".

É estranho que tais aberrações não tenham maior divulgação e não se anuncie no Ocidente uma campanha para sabotar no mercado os produtos chineses. Por que tanta tolerância? É verdade, squeciais dos altos índices de crescimento da economia chinesa e de que ela constitui um dos melhores campos de investimento para o capital americano e europeu.



Outra situação não menos revoltante é a absolvição da brutalidade policial nos interrogatórios dos suspeitos palestinos em Israel. Reportagem do *New York Times* divulgada pelo *Estado*, em 13/5/97, fez ao mundo a revelação aterradora de que a Justiça israelense tolera a prática da tortura sob a falaciosa e farisaica alegação de que se trata de "pressão física moderada". O governo considera legítima tal prática e o Supremo Tribunal israelense a admite.

O jornal americano narra os tormentos sofridos por um estudante palestino de 20 anos. George, exemplificando o que passaram milhares de palestinos nas mãos da polícia secreta israelense. George, jovem alto, bem apessoado, foi agarrado durante o interrogatório por um israelense grande e musculoso que o sacudia com violência para a frente e para trás, balançando sem controle sua cabeça, seu pescoço e sua espinha, provocando dores horríveis. Lembra-se de ter desmaiado três vezes.

Depois de cada sessão, um médico o examinava para verificar se podia apanhar mais. A seguir, o prisioneiro foi pendurado numa barra de ferro, sofrendo dor indescritível, enquanto o torturador ria e berava "você vai morrer aqui". Recoilido a um cubículo nos intervalos dos interrogatórios, era impedido de dormir com uma bolsa malcheirosa sobre a cabeça e música estridente arrebentando-lhe os tímpanos. Eis aí um esboço da tal "pressão física moderada", ou seja, da tortura oficializada por um Estado que capitalizava a simpatia do Ocidente precisamente em razão do genocídio brutal praticado contra seu povo pela sanha nazista.

Há poucas semanas, toda Israel parou por um minuto suas atividades, como faz todo ano, em homenagem aos 6 milhões de judeus sacrificados por Hitler. Diante da sua conduta com os palestinos, é de indagar se Israel nada aprendeu com a tragédia do Holocausto.